

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS 06/19

Às 10h, do dia 24/06/2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, reuniu-se a Comissão de Licitação, designada pela Portaria Nº 983/18 de 12/12/2018 do Senhor Prefeito Municipal, composta pelos seguintes membros:

| | |
|---------------------------|------------|
| CARLA DENISE STEINHAUS | PRESIDENTE |
| ELAINE SUELI ECKEL | Membro |
| CLEBER VARGAS MACHADO | Membro |
| TALES LUIZ HEINZE MACHADO | Suplente |
| MARCIANA TELMA HOPPE | Suplente |
| CESAR WEISS | Suplente |

Atuaram nesta reunião a presidente CARLA DENISE STEINHAUS e os membros ELAINE SUELI ECKEL e CLEBER VARGAS MACHADO, para proceder ao julgamento do recurso interposto pela empresa CAPINAMES PREST. DE SERVIÇOS LTDA, contra a sua inabilitação, conforme ata da comissão de licitações do dia 06/06/2019.

Na peça recursal, a recorrente solicita que lhe seja concedido o benefício que trata o Art. 43º, § 1º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, uma vez que apresentou declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para e feito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Porém, é de entendimento da Administração Pública Municipal, que a falta de autenticação em documentos não é **restrição** fiscal ou trabalhista, não podendo assim, a comissão conceder o benefício.



Salientamos que no Edital da Tomada de Preços nº 06/2019, em seu item 3.3 deixa claro que os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

Isto posto, a Comissão mantém a decisão constante na ata datada de 06/06/2019, devendo o recurso interposto pela empresa CAPINAMES PREST. DE SERVIÇOS LTDA ser **INDEFERIDO**. Ao Senhor Prefeito para decisão final.

A abertura das propostas fica marcada para o dia 28/06/2019, às 9hs. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, será assinada e encerrada a presente ata, que está sendo postada no site oficial do Município de Candelária na data de hoje.

